

Marcílio reage e descarta choque e hiper

Edson Gés

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ontem que o País somente conquistará a estabilidade econômica nos primeiros meses do próximo ano, período "delicado" em que a sociedade terá de construir "uma ponte de confiança" rumo ao entendimento nacional. Ele também advertiu que permitir que o País atinja o estágio de "caminhada para a hiperinflação seria uma total loucura". O ministro garantiu aos empresários e banqueiros que participaram da reunião de ontem do Conselho Monetário Nacional (CMN), que o governo "não marchará" na direção de um novo choque ou congelamento de preços.

No seu pronunciamento, Marcílio tranqüilizou os empresários acenando com uma redução dos juros. Deu ainda uma boa notícia: até o final da semana, o governo anunciará medidas que reduzirão a diferença entre as taxas de juros para o tomador e o poupador. Uma medida que, segundo o ministro, não é a mesma praticada para o crédito agrícola, que ficou livre da cobrança do PIS-Pasep e do Finsocial. A sua argumentação serviu, ainda, para responder ao presidente do Grupo Mappin, Antônio Carlos Rocca, que se pronunciou contrário às elevadas taxas de juros.

Mercado

O empresário preveniu o ministro que o setor não pode suportar as atuais taxas de juros sem o devido repasse aos preços. E reclamou da falta de um índice pós-fixado para balizar as operações no mercado financeiro. O ministro respondeu lembrando que o governo vai fazer, nos próximos dias, um leilão de Notas do Tesouro Nacional (NTNs), que são títulos com correção pós-fixada pela variação do IGP-M

mais 6% de juros.

No seu pronunciamento, o ministro fez uma análise de todas as medidas adotadas nos últimos dias, reforçando a posição da equipe econômica de atuar, sempre, no sentido de uma economia de mercado. Disse, também, que o governo atuará "não contra o mercado, mas para evitar movimentos de agentes que jogam contra o mercado".

Na sua opinião, o problema está na travessia de hoje até a plena vigência da Reforma Tributária de emergência, quando haverá equilíbrio nas contas do governo, o que contribuirá para segurar a inflação.

Prioridades

Enquanto isso, a ordem para o Tesouro Nacional é conseguir superávits de caixa, apoiar a agricultura para se conseguir uma boa safra de alimentos, fechar o acordo com o Fundo Monetário Internacional e insistir na renegociação da dívida de US\$ 52 bilhões com os

banqueiros estrangeiros privados. O ajuste fiscal de emergência é fundamental nessa travessia e Marcílio sustentou que não haverá aumento da carga fiscal sobre os contribuintes, mas sim ampliação do universo das pessoas que podem pagar impostos.

Aproveitando a oportunidade, o ministro criticou o alarmismo difundido no País e citou o caso da inflação de outubro. "Os números da inflação de outubro, conforme o IBGE, não chegaram a esses píncaros de 30% como se falou". Pela primeira vez, Marcílio citou a necessidade de "um entendimento entre todos os setores da sociedade" para se chegar à estabilidade econômica. Advertiu que o governo persistirá em sua política monetária e fiscal apertadas e não abrirá mão de se chegar ao livre mercado, "sempre levando em conta que muitas vezes aquilo que pode parecer de mercado é, de fato, a ação de agentes econômicos querendo se aproveitar das imperfeições".



Gros conversa com os senadores governistas: síndrome do medo acaba se transformando em risadas